

TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

OPERACIONALIZAÇÃO CONTÁBIL DA PORTARIA STN Nº 447, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 E OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Instrução Técnica nº 38/2005-DCM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 38/2005-DCM

Dispõe sobre critérios contábeis e técnicos resultantes da adoção da Portaria nº 447, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional e estabelece outras providências.

Artigo 1º - Considerada a determinação proveniente do inciso I do artigo 35 da Lei nº 4.320/67, segundo a qual pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, para o encerramento contábil do exercício de 2004, ficam estabelecidas as regras constantes desta Instrução, relativamente à escrituração de Restos a Receber e Restos a Receber de Interferências Financeiras.

Artigo 2º - Considerada sob a ótica macroorçamentária a arrecadação ocorrida e perfeitamente acabada, dentro do exercício de 2004, de receitas cuja titularidade pertence aos Municípios, em que o Órgão arrecadador atua como agente centralizador e redistribuidor, os municípios contabilizarão como receitas do orçamento de 2004 as parcelas que venham a ser financeiramente entregues a estes no mês janeiro de 2005.

Parágrafo único – Citam-se, como casos exemplificativos de Restos a Receber, a arrecadação ocorrida no orçamento de 2004 dos seguintes fundos de participação, com cotas pertencentes aos municípios:

- (a) do ICMS;
- (b) FPM e
- (c) Transferências de Recursos do FUNDEF.

Artigo 3º - Considerando a sistemática de apropriação contábil estabelecida pela Portaria nº 447 de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2002, ficam incluídas no Plano de Contas Único dos municípios, baixado pela Instrução Técnica nº 20/2003, do Tribunal de Contas do Paraná, contas apropriadas para a escrituração contábil dos eventos respectivos.

§ 1º – As contas destinadas aos registros dos eventos encontram-se relacionadas no Anexo à presente Instrução, dispondo a Portaria STN nº 447/2002, de roteiro exemplificativo do esquema de contabilização destes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - No aspecto do controle orçamentário de fontes de recursos, a classificação dos empenhos de despesas realizadas com receitas de Restos a Receber apontará como Grupo de Fontes de Recursos os códigos de fontes para “Exercícios Anteriores,” da tabela 2, do item 11.3.4 - Detalhamento das Destinações de Recursos, do Manual da Receita Pública, aprovado pela Portaria nº 219, de 29 de abril de 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º - No aspecto do controle orçamentário de fontes de recursos, os pagamentos de empenhos inscritos em Restos a Pagar com receitas provenientes de Restos a Receber apontará como Grupo de Fontes de Recursos os códigos de fontes para “Exercício Corrente,” da tabela 2, do item 11.3.4 - Detalhamento das Destinações de Recursos, do Manual da Receita Pública, aprovado pela Portaria nº 219, de 29 de abril de 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 4º - Os registros pertinentes aos Restos a Receber de receitas com vinculação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF deverão ser escrituradas em estrita observância dos procedimentos contábeis uniformizados pela Portaria nº 328, de 27 de agosto de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Artigo 4º - Para efeito da verificação da obediência ao comando constitucional, as parcelas de receitas de Restos a Receber com destinação vinculada às áreas de educação e saúde, poderão ser aplicadas até 31 de março do exercício de 2005, nos moldes do previsto no artigo 45, do Provimento nº 37/99 e na Resolução nº 122/2004, do Tribunal de Contas do Paraná, observadas as seguintes providências:

I. - Promover a criação de crédito adicional especial correspondente às importâncias, no caso de não constar do orçamento do exercício de 2005, programa ou atividade distintos para a aplicação dos restos a receber; e

II. - Inclusão na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso, prescritos pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Em termos unicamente de ajustes extra-contábeis nos demonstrativos de verificação, e exclusivamente para fins de emissão da certidão liberatória com base na exigível entrega dos dados do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM/AM) do primeiro bimestre de 2005, as diferenças nos índices de aplicação em educação e saúde ocasionadas pelo registro de Restos a Receber de que trata esta Instrução Técnica serão compensados, de forma a possibilitar a obtenção da referida certidão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - Para a emissão da certidão liberatória com base na exigível entrega dos dados do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM/AM) do segundo bimestre de 2005 e seguintes, será obrigatória a regularização das parcelas de Restos a Receber vinculadas às áreas de educação e saúde, consoante o prescrito no artigo 4º, supra.

§ 3º - Os prazos para a remessa dos dados bimestrais do exercício de 2005, ao Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM/AM2005), do Tribunal de Contas do Paraná, encontram-se fixados na Instrução Técnica nº 35/2005, que define a agenda de compromissos para o ano de 2005.

Artigo 5º - Deverão ser objeto de inscrição no Balanço Patrimonial do exercício de 2004, no sistema financeiro, nas contas constantes do anexo aludido no parágrafo 1º do artigo 3º, da presente instrução, sob a responsabilidade dos Ordenadores respectivos, as despesas deixadas de empenhar e as interferências financeiras deixadas de repassar.

§ 1º - Para efeito do disposto neste artigo, a obrigatoriedade de inscrição independe se a obrigação foi deixada de empenhar por simples omissão ou por indisponibilidade de dotação orçamentária.

§ 2º - A alocação no orçamento de 2005, das despesas deixadas de empenhar em 2004, será efetuada em atividade específica, atendendo-se às seguintes condições:

- (a) A atividade será incluída mediante crédito orçamentário especial, devendo ser identificada pelo código 899 e denominada "Despesas da Gestão Anterior".
- (b) A despesa deverá ser registrada no elemento sintético de Despesas de Exercícios Anteriores, acrescida, no nível analítico, do desdobramento correspondente ao elemento pertinente ao objeto do gasto, nos termos do artigo 37 da Lei nº 4.320/64.
- (c) Conforme descrito na alínea anterior, a conta resultará na seguinte representação gráfica: código cgmm.92.dd, em que "c" representa a Categoria Econômica; "g" o Grupo de Natureza da Despesa; "mm" os dígitos da modalidade de aplicação e "dd" o desdobramento representado pelo elemento objeto do gasto, em consonância com a Portaria STN nº 163/2001.

Artigo 6º - Verificando-se a deliberada omissão de empenhos de despesas de caráter obrigatório, deverão as atuais administrações procederem à devida notificação dos ex-Ordenadores da situação constatada e efetivarem os empenhos ainda no orçamento de 2004.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

§ 1º – Para efeito deste artigo, citam-se como de caráter obrigatório as despesas efetivamente realizadas com o consumo de energia elétrica, de água e esgoto, de telecomunicações, com amortizações de principal e encargos de operações de crédito e de folhas de pagamentos e respectivos encargos, vencidas pelo regime de competência dentro do exercício, ainda que exigíveis no exercício seguinte.

§ 2º - Para efeito deste artigo, considera-se deliberada omissão a situação em que o orçamento de 2004 dispunha de dotação suficiente para a cobertura da despesa de caráter obrigatório definida no parágrafo anterior, mas cujo Ordenador, para reflexo indevido no resultado orçamentário da sua gestão, lapso ou despercebimento, deixou de efetuar os empenhos dentro do próprio exercício.

Artigo 7º - Os Restos a Receber de que tratam a presente Instrução Técnica comporão a Receita Corrente Líquida do exercício de 2004, bem assim os limites para a despesa total com pessoal, fixada na Lei Complementar nº 101/2000, e também a base para fins de despesas do Poder Legislativo Municipal, estabelecidas nos artigos 29, VII e 29-A da Constituição Federal.

Artigo 8º - Considerados os objetivos fixados pela Portaria Nº. 447 de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional, derivados da necessidade de compatibilização do registro das receitas e despesas orçamentárias, para fins de consolidação das contas públicas exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal, as normas desta Instrução são de observância obrigatória por todos os Municípios.

§ 1º – No contexto de Município considera os Poderes Executivos e, no que couber, as respectivas entidades de administração indireta, abrangendo os Fundos cuja contabilidade é descentralizada, os Fundos Previdenciários, as Fundações de Direito Público Interno e as Autarquias Municipais.

§ 2º – Aos Poderes Legislativos Municipais aplicam-se a parte correspondente aos Restos a Receber de Interferências Financeiras e Responsáveis por Despesas Não Empenhadas.

Artigo 9º - Para fins de plena evidenciação, a contabilização dos Restos a Receber e das despesas deixadas de empenhar pela gestão anterior depende de processo composto por documentos hábeis e cabais, evidenciadores da efetividade da arrecadação no exercício de 2004 e do cumprimento do estágio da liquidação da despesa, respectivamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Artigo 10º - Tendo em vista o caráter permanente da norma emanada da Portaria STN nº 447/2003, esta deverá ser adotada de modo sistemático nos encerramentos contábeis anuais, desde o exercício financeiro de 2004.

Cumpra-se.
Curitiba, em 14 de janeiro de 2005.

HEINZ GEORG HERWIG
Presidente